

A EXPERIÊNCIA DE DIAGNÓSTICOS PARTICIPATIVOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS: O QUE REVELAM OS DADOS DOS P.A.s PRIMAVERA E TUPÃCIRETAN (PRESIDENTE VENCESLAU/SP)

Carina Regina de Macedo¹
Luís Antônio Barone²

Resumo: Esse trabalho apresenta considerações preliminares acerca de uma experiência concreta de metodologia participativa junto a uma comunidade de assentados rurais do Pontal do Paranapanema (extremo oeste paulista). O trabalho está em andamento, sendo que a metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) foi aplicada junto a um grupo de assentados no assentamento Primavera (Associação Renascer de Produtores Rurais) e outro no assentamento Tupãciretan (Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupãciretan). Mesmo diante de um material parcial, algumas indicações importantes sobre a realidade ambiental dos assentamentos e da percepção da comunidade podem ser apresentadas. Foi visto que os problemas ambientais afetam diversas áreas da vida do assentado, como ocorre com a produção do leite que é afetada pela baixa qualidade das pastagens. Assim, a ajuda dos técnicos agrícolas é vista como uma forma de melhorar ou solucionar problemas ambientais que resultem em dificuldades de produção.

Palavras-Chave: Assentamentos Rurais; Diagnósticos Participativos; Questão Ambiental.

Abstracts: *This paper presents preliminary thoughts about a specific experience on the participatory research methodology developed together with a rural settled community located in Pontal do Paranapanema (in the State of São Paulo). The*

¹Graduanda em Engenharia Ambiental – FCT/Unesp (bolsista PROEX-Unesp).

²Sociólogo, assistente-doutor da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente.

work is currently in progress, so that the DPR - Diagnóstico Rápido Participativo (Concise Results from a Participatory Research) methodology was applied to a group of settled people in the Primavera settlement (Associação Renascer de Produtores Rurais) and to another group in the Tupãciretan settlement (Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupãciretan). Although the available material is partially accomplished, some important evidences on the environment reality of the settlements and the community perception can be presented. It was noticed that the environmental problems have an effect on several aspects of the settled people's lives, such as the question regarding pasture-based milk production that is affected by low-quality pastures. Therefore, the agricultural technician aid is seen as a way to improve the environment issues or as problems-solving when challenging difficulties in production.

Keywords: *Rural Settlements; Participatory Research; Environmental Issue.*

Apresentação

Esse trabalho apresenta considerações preliminares acerca de uma experiência concreta de metodologia participativa junto a uma comunidade de assentados rurais do Pontal do Paranapanema (extremo oeste paulista), nos projetos de assentamentos (P.A.s) Primavera e Tupãciretan, universo empírico desta investigação/intervenção no município de Presidente Venceslau. O trabalho está em andamento, sendo que a metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) foi aplicada junto a um grupo de assentados do assentamento Primavera (Associação Renascer de Produtores Rurais) e outro no assentamento Tupãciretan (Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupãciretan). A realização dos DRPs faz parte das estratégias de pesquisa que o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular (GEPEP)-Unesp³ tem lançado mão nos estudos sobre assentamentos no município de Presidente Venceslau/SP. A participação de alunos e docentes do curso de Engenharia Ambiental nessas investigações tematiza a questão ambiental, dimensão da realidade que reúne vários aspectos da situação de assentamento.

Mesmo diante de um material parcial, algumas indicações importantes sobre a realidade ambiental do assentamento e da percepção da comunidade podem ser apresentadas, sendo este o objetivo deste artigo. No encadeamento do texto, após uma breve discussão sobre a evolução da educação ambiental e das opções

³O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular (GEPEP) é um grupo de pesquisa do CNPq sediado na FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente/SP.

participativas nessa área, apresentamos detalhes sobre a metodologia escolhida (DRP) e a área de aplicação. Por fim, junto com os resultados colhidos a partir das reuniões, encerramos com as considerações finais.

Aspectos teóricos-metodológicos: educação ambiental, militância e pesquisas participativas

A educação é o produto da ação do homem na sociedade, pois ela é guiada pela sociedade, ou seja, se a sociedade é capitalista é esse o rumo que a educação tomará. Assim, a educação não acontece de forma isolada, isto é, ela é reflexo do que acontece na sociedade do mesmo modo que ela também influencia no cenário social.

De acordo com Carvalho (1996), a questão ambiental não deve ser separada da educação, pois segundo a LDBN (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), ao se preparar o educando, este estará sendo preparado não só para o mercado de trabalho, como também para a sociedade. Assim, na educação, ele não deve apenas aprender sobre a utilização dos recursos naturais, mas também deve aprender como preservá-los.

Alguns pesquisadores chamam a atenção para a falta de uma percepção para a educação ambiental como sendo educação. Isto porque a educação ambiental era restrita somente a algumas disciplinas relacionadas com a área ambiental e nunca relacionada à educação como um todo. Pois a educação ambiental não é apenas restrita a assuntos relacionados à natureza, mas sim a todo ambiente onde o ser humano atua, visando à conservação das comunidade bióticas e abióticas e os valores sociais provenientes desta ação.

No entanto, pode-se ver que a educação ambiental também tem sido utilizada de forma inadequada, seja incentivando o consumo de produtos naturais, ou seja, fazendo com que tal governo seja visto melhor que outro apenas por construir praças e plantar algumas árvores. Assim, do mesmo modo que as leis podem ser bem interpretadas ou mal interpretadas, a educação ambiental também age de tal forma, dependendo de quem executa o que foi proposto.

A educação ambiental não é mais vista como uma coisa restrita, local e sim como algo global (CARVALHO, 1996). Isto é, a má utilização dos recursos naturais em uma dada região poderá trazer danos não só para esta mesma região, mas também para outras regiões próximas, dependendo do grau de impacto. O ser humano começa a perceber que a destruição do meio ambiente é a sua própria destruição.

O movimento ambientalista surgiu devido ao desenvolvimento da educação ambiental e o movimento histórico social, após a segunda guerra mundial, como uma forma de manifestação contra os abusos da guerra (racismo, crimes de guerra e

outros fatos polêmicos). Logo o ambientalismo incorporou uma ideologia anterior, a do conservadorismo, visando a preservação do ambiente natural frente à degradação causada pela sociedade. Aqui no Brasil também tivemos um movimento ambientalista formado por cientistas, biólogos e outros estudiosos, que possuíam uma visão naturalista. Em seguida, surgiu o movimento tecnocrático que era constituído por arquitetos, engenheiros e outros profissionais que tinha como objetivo o desenvolvimento através da urbanização e industrialização (CARVALHO, 1996).

O ambientalismo, apesar de ter suas raízes conservadoras (visão crítica aos arranjos políticos e ao contexto econômico visando apenas as questões ecológicas físicas), passou a ter, nas décadas recentes, um novo enfoque, promovendo uma ação mais politizada. Isso porque os rumos que a sociedade estaria tomando têm um reflexo imediato no meio ambiente natural, repercutindo de forma ampliada na própria estrutura da sociedade. Na década de 1970, passou a existir uma ligação mais evidente entre a educação e meio ambiente, devido principalmente aos problemas surgidos da crise do petróleo.

Vale lembrar, também, que grande parte dos movimentos ambientalistas possui sua origem em movimentos sociais antigos, que passaram a dar mais ênfase à questão ambiental nesse período. Estes grupos - muitos deles institucionalizados em Organizações Não Governamentais (ONGs) - tiveram grande importância, pois traziam um referencial diferente às conferências governamentais, além da aplicação expressiva e concreta de ações preservacionistas.

Note-se que o ambientalismo de hoje, cuja origem ocorre na segunda metade do século XX, difere do socialismo, segundo Wilson Sergio de Carvalho (1996), devido à sua visão mais holística da relação sociedade-natureza. Visão essa oferecida pela análise do ponto de vista entrópico, podendo-se incluir a defesa da sustentabilidade ambiental. No entanto, ambos inspiram-se na necessidade de se preservar a solidariedade e cooperação dos homens entre si e entre eles e a natureza.

Vale ressaltar a importância das ONG's que, através da elaboração e aplicação de vários microprojetos, incentivam o trabalho organizado e solidário. Esses trabalhos têm grande importância para o desenvolvimento comunitário e realização da proposta da Educação Ambiental, gerando assim, uma compreensão das condições locais. Porém, não podemos nos esquecer de que há algumas ONG's associadas ao poder instituído que só buscam a autopromoção de seus membros ou, ainda, auxiliam expressões de clientelismo político.

Durante o período de 1985 a 1991, há um aumento no número de ONG's e, devido a isso, ampliam-se também as práticas de Educação ambiental. Então,

os educadores passam a se autodenominarem ambientais, organizando uma série de encontros, seminários em nível nacional

e internacional a fim de fortalecer "uma identidade social em torno das práticas educativas voltadas para o meio ambiente" (CARVALHO, 1996, p. 46).

Essa ampliação expressiva acontece paralelamente ao processo democrático do país, foi onde as pessoas perceberam que sem uma reflexão de seu meio ambiental não é possível o crescimento do nível de qualidade de vida.

Em 1986 o movimento ambientalista entra na política, devido a uma necessidade de intervir no processo constituinte e de promover uma legislação ambiental eficiente. Como resultado houve a vitória de uma série de políticos comprometidos com a proposta ambientalista, além, da criação do Partido Verde. Foi criada uma plataforma ecologista nacional transpartidária para a constituinte, em que todos os membros eleitos deveriam priorizar a problemática ecológica. Com isso o movimento ambientalista obteve uma identidade cultural e política melhor delimitada.

A educação ambiental é uma das dimensões da educação e tem um caráter social na relação do indivíduo com a natureza e com outros seres humanos. Porém muitas propostas educativas ambientais veiculam idéias moralistas e disciplinatórias, ou seja, *"os valores morais tradicionais reaparecem nestas propostas travestidos de valores ambientais de comportamento ambientalmente desejados, ambientalmente corretos"* (TOZONI-REIS et. al., 2003, p.129). Assim, apesar de parecerem nobres, esses processos educativos são adaptativos e disciplinadores dos processos tradicionais.

Dessa forma, mais do que, simplesmente, transmitir informações sobre processos ecológicos, a educação ambiental poderia ensinar a pensar a realidade sócio-ambiental. Seguindo essa lógica, uma outra tendência da educação ambiental diz que foram as escolhas históricas dos sujeitos sociais que determinaram ações predatórias ao meio ambiente. Assim, essa educação ambiental pode se tornar emancipatória, com ações ambientais responsáveis.

A sustentabilidade aparece como a base para se entender educação ambiental, que assume formas críticas e transformadoras, além de ser estratégia para a construção de sociedades sustentáveis, justas e equilibradas ecologicamente.

A visão da educação ambiental como uma estratégia democrática, emancipatória e transformadora, levou a buscar, na prática de produção de conhecimento, uma metodologia na qual esses pressupostos fossem garantidos. Essa metodologia exige uma abordagem qualitativa, que leva em consideração a contextualização social e histórica, além da necessidade de tomada de decisões, mostrando a impossibilidade da neutralidade. Assim, a pesquisa que atende as colocações acima é a pesquisa-ação-participante, que é uma nova modalidade de conhecimento.

Thiolent considera que a metodologia da pesquisa-ação tem como ponto de partida teórico-metodológico a articulação de problemas socialmente relevantes. Esta articulação entre a pesquisa, a educação ambiental e a ação política e social, é o eixo metodológico da pesquisa-ação (TOZONI-REIS et. al., 2003, p.140).

A participação é vista como um dos mais importantes princípios da pesquisa-ação-participativa. Ela é um processo real e objetivo de parceria na tomada de decisões coletivas. Dessa forma, para a educação ambiental ser transformadora, ela precisa ser um processo coletivo e dinâmico, de conscientização e participação social (THIOLLENT, 1986).

A pesquisa-ação-participativa é:

uma opção metodológica pela qual os envolvidos devem trabalhar como agentes sociais em igualdade de poder de decisão, mas sem com isso confundir as atribuições distintas e necessárias. Em que há compromisso político com a emancipação e com a ação reflexiva, articulando teoria e prática, para desvelar a realidade e transformá-la no sentido de fazer com que todos exerçam sua cidadania e aprendam no processo (TOZONI-REIS et. al., 2003, p.25).

Assentamentos Rurais e o Diagnóstico Rápido Participativo

Os assentamentos de trabalhadores rurais surgiram no cenário nacional como uma conseqüência de lutas sociais e de tentativas governamentais que possibilitassem solucionar os conflitos existentes e ao mesmo tempo assegurarem os privilégios já estabelecidos. A reforma agrária, dessa forma, veio de forma devagar. O mesmo processo, também, acontecerá com a sustentabilidade, contudo levando a crer que ela será dissociada das reformas sociais, a menos que se organizem e lutem as forças atualmente excluídas da sociedade,

será necessário muito além do esforço atual da política dos assentamentos e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para o estabelecimento do ideal da agricultura sustentável (CARMO, 2003, p.115).

Malagodi e Quirino informam que é insuficiente o estoque de área de terra agricultável à disposição das unidades familiares de produção, o que obriga os

agricultores a um uso cada vez mais intensivo de suas glebas (MALAGODI, QUIRINO, 2002). Dessa forma, a utilização intensa dessas áreas, sem os devidos cuidados, resulta na degradação ambiental desses locais. Essa degradação, que afeta os fatores naturais da produção agrária, tem se revelado um dos grandes entraves para a viabilização da agricultura familiar no Brasil.

Pode-se dizer que a política de assentamentos tem como base um modelo de exploração agropecuária, no qual se ignora a participação do agricultor, sua cultura e história, bem como suas possibilidades de se capitalizar. Essa política recebe diversas críticas, pois é importante a participação das comunidades na identificação de problemas e na implementação de propostas, tornando-se aptas a se apropriarem do seu próprio desenvolvimento. Para isso, é necessário desmistificar o assistencialismo como solução de problemas, promovendo a interação entre técnicos e sujeitos.

Uma forma de alcançar esses objetivos é a aplicação do Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP), que é um processo de decisão compartilhada sobre as ações necessárias para o desenvolvimento da comunidade.

É importante que os agricultores, dialogando entre si e discutindo suas diferentes visões, participem diretamente da produção do diagnóstico, não ficando este apenas como um trabalho, baseado praticamente no levantamento de dados pelos técnicos, planejando unilateralmente o desenvolvimento dos projetos (PETERSEN, ROMANO, 1999, p.22).

Segundo Paulo Petersen e Jorge O. Romano, o diagnóstico rápido e participativo se daria pelos seguintes passos:

- ✓ Formação da equipe: a equipe precisa de pessoas dinâmicas, sensíveis e flexíveis para uma mobilização social;
- ✓ Estudo dos dados secundários: coleta de informações pré-existentes para que não haja perda de tempo fazendo o que já foi feito e também para que obtenha outras informações;
- ✓ Formulação das hipóteses de partida: antes de ir a campo, formulam-se hipóteses que sofrerão reformulações conforme o diagnóstico for se realizando;
- ✓ Elaboração de roteiro para as entrevistas e observações: listam-se temas para serem explorados no campo através de entrevistas e da observação;
- ✓ Levantamento das informações;
- ✓ Sistematização das informações: sistematização e organização dos dados;
- ✓ Análise das informações;
- ✓ Restituição: exposição dos resultados para os agricultores e observação de suas reações.

Contexto Histórico e Geográfico do Pontal do Paranapanema e do assentamento Primavera

No final do século XIX, a região oeste do Estado de São Paulo foi ocupada por desbravadores, motivados pela exploração madeireira que a região propiciava. Essa exploração se intensificou na década de 1920, com a chegada da Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro. A madeira era uma importante fonte de riqueza que servia de matéria prima, tanto para a exportação, quanto para os dormentes das estradas de ferro. Desde então, a região é de importância ímpar quando se aborda a temática da grilagem de terras no Estado de São Paulo: o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (LEITE, 1999).

Os desmatamentos abriram espaço, primeiro para a lavoura de café e, posteriormente, para o plantio de algodão. Devida à ocupação predatória, o governo paulista decretou a criação da Grande Reserva do Pontal, em 1942, que não foi respeitada, reiterando a irregularidade na ocupação desse território. Assim, os desmatamentos continuavam com o uso do agente laranja e com a ajuda de novas máquinas, tornando o desmatamento mais eficiente.

A fragilidade do solo e a não conservação do mesmo, fizeram com que as terras não tivessem mais potencial produtivo. Isso deu espaço à pecuária de corte que se adaptou bem à região, promovendo uma ocupação mais extensiva e um crescimento dos latifúndios. Outros fatores, como as chuvas ocorrendo apenas num curto período do ano, fragilidade e o mau uso do solo, fizeram com que o Pontal se tornasse a região mais degradada do estado sob o ponto de vista Ambiental.

Com o decaimento da lavoura e o predomínio da pecuária, a agricultura familiar se resumia apenas a algumas vilas próximas aos centros urbanos e mesmo o arrendamento, que era usado como estratégia de renovação de pasto, começou a se restringir a partir da década de 1970 (ITESP, 2000).

Todo esse ambiente abriu espaço para a lavoura canavieira que estimulada pelo Pró-Álcool passou a constituir alternativas sazonais de ocupação da mão-de-obra. Nesse período, houve a construção de três usinas hidrelétricas na região que empregou mão-de-obra local e de várias outras regiões. A paralisação ou a diminuição do ritmo de obras gerou uma quantidade de desempregados que ascendeu o quadro de conflitos.

Logo, era evidente a necessidade de uma Reforma Agrária. Com o processo de redemocratização do país, tal opção começava a se manifestar com grandes ocupações de terras, violência reacionária e acampamentos. O governo respondeu a estas situações conforme as circunstâncias do momento. O Projeto de

Assentamento Gleba XV de Novembro, implantado em 1984 é um marco histórico nesse sentido. Entretanto, enquanto a pressão social aumentava, até 1994, o governo federal viabilizou apenas mais dois assentamentos e o governo estadual, outros cinco. Destes cinco, apenas um, a Fazenda Tucano, foi consolidada enquanto assentamento definitivo. Os outros ficaram em situação emergencial, ou seja, com número de famílias bem superior à capacidade das áreas para assentamento.

Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto sócio-político do Pontal do Paranapanema, hoje a região do Estado de São Paulo com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas. Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo, na primeira gestão do governador Mário Covas (1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. Dada a importância da região do Pontal do Paranapanema com relação ao número de assentamentos (são 103 Projetos de Assentamentos já instalados, com aproximadamente 5,5 mil famílias assentadas), essa área do Estado tem mostrado uma dinâmica extremamente rica no que tange a essa questão.

Somente em 1995, o Governo Estadual criou o Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema, com o objetivo de arrecadar as terras devolutas do Pontal e as destinar a uma política de assentamento de trabalhadores rurais sem-terra (ITESP, 2000).

Contando com uma população de pouco mais de 35 mil habitantes, Presidente Venceslau, inserido no contexto regional do Pontal do Paranapanema, tem cinco Projetos de Assentamentos (P.A.s) em seu território, quatro deles, frutos desse plano de ação da década de 1990, além de um bem recente, implantado em 2009:

- P.A. Primavera, com 128 lotes familiares;
- P.A. Tupãciretan, com 72 lotes familiares;
- P.A. Radar, com 29 lotes familiares;
- P.A. Sta. Maria, com 17 lotes familiares;
- P.A. São Camilo, com 34 lotes familiares (o mais recente).

Focamos nossa atenção de pesquisa nos assentamentos Primavera e Tupãciretan, que são assentamentos vizinhos. No primeiro assentamento existem três organizações associativas e no segundo existe uma; essa pesquisa pretende investigar essas associações através da realização de Diagnósticos Participativos. Neste trabalho, apresentamos os resultados parciais desse levantamento, relacionando a seguir o resultado do diagnóstico participativo realizado junto aos assentados sócios de duas

dessas entidades (Associação Renascer e Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupãciretan).

Diagnóstico Rápido Participativo: uma nova estratégia de mobilização? A metodologia do DRP

Esclarece-se, aqui, que a terminologia para designar essa técnica de pesquisa e mobilização comunitária difere para cada instituição. É verdade que as metodologias têm diferenças, mas todas são essencialmente voltadas para a elaboração de diagnósticos participativos. Tais diagnósticos não são uma novidade nos programas de desenvolvimento agrícola. Segundo Petersen e Romano (1999), eles começam a ser realizados há pelo menos 30 anos, quando os fracassos evidentes de programas impostos de transferência de tecnologia levaram a que se pensasse quais eram e como se manifestavam os problemas das comunidades. A evolução desses diagnósticos (por vezes chamados de Diagnósticos Rurais Participativos – DRPs – ou Diagnósticos Rurais Rápidos – DRRs), desde então, passa a incorporar cada vez mais a dimensão participativa.

A técnica levada a cabo neste diagnóstico, uma variante dessas metodologias, é denominada Diagnóstico Rápido Participativo (portanto, também DRP) e baseia-se nos critérios de Petersen e Romano (1999). Sua origem está nas ações de planejamento e extensão desenvolvidas no País desde o período da redemocratização (anos 1980). Tais técnicas ganharam uma adesão importante, desde os anos 1990, com o desenvolvimento de manuais oficiais de orientação técnica – como o Guia Metodológico para Diagnóstico de Sistemas Agrários (GARCIA FILHO, s.d.), utilizado para elaboração de Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais do Inra. Esse tipo de DRP já foi utilizado pelo pesquisador responsável pela consultoria em trabalhos anteriores (BARONE, FERNANDES, SIMONETTI, 2000; BARONE, 2008). É importante salientar, na apresentação desta metodologia, que a opção pela realização do DRP foi tomada, sobretudo, para ampliar o diálogo entre o Ibama e a população assentada no entorno da Esec Maracá, incluindo sua participação na discussão dos problemas regionais. Nesse sentido, vale citar o Guia Metodológico para Diagnóstico de Sistemas Agrários: *"o diagnóstico não é somente um estudo técnico, mas também de legitimidade"* (GARCIA FILHO, s.d., p. 13).

O DRP na associação Renascer: um diagnóstico compartilhado

No dia 25 de outubro de 2008, realizou-se, no P.A. Primavera, uma reunião de DRP com a Associação Renascer, que tem quatorze sócios. A reunião diagnóstica

contou com a presença de apenas quatro sócios da associação em questão e um não sócio (filho de um dos sócios presentes).

Em uma conversa preliminar na apresentação do Diagnóstico Rápido Participativo, foram feitos alguns questionamentos junto aos assentados presentes, constatando-se, dessa forma, que três sócios da Associação Renascer estão associados a mais de uma associação. Levantaram-se também questões sobre a última Assembléia Geral realizada no P.A. Primavera, constatando-se, então, que a última Assembléia foi realizada há aproximadamente três anos (2005, então) e contou com a participação de 50 assentados de 125 titulares de lotes. As últimas assembléias foram para discutir verbas adquiridas ou para resolver grandes problemas, como os da estrada. Assim, mesmo que os associados presentes afirmem que "as únicas reuniões que participam um número significativo de Assentados são aquelas cuja pauta seja financiamento", constata-se que determinados problemas gerais, que afetam severamente todos os moradores – como o caso das estradas – também podem mobilizar os assentados. De qualquer forma, mais de três anos sem assembléia denuncia a desmobilização da comunidade.

Em um segundo momento houve uma explanação dos assuntos que seriam pauta do D.R.P. Nesse sentido, foram propostos diversos temas a serem discutidos pelos participantes da reunião, com a finalidade de apontar os problemas decorrentes de cada tema e possíveis soluções. Os temas propostos foram: produção, infra-estrutura, organização, relação com órgãos públicos, situação dos jovens, situação das mulheres e meio ambiente. A seguir, elencamos a síntese de cada tema discutido.

Produção: reivindicações e descontentamentos

Neste tema, foram discutidos os problemas encontrados pelos assentados em gerar produtos agropecuários e de encontrar um modo mais lucrativo de vender sua produção ao mercado em geral.

Uma das questões abordadas pelos sócios presentes foi a da venda dos produtos agropecuários para atravessadores, que, então, destinariam os produtos ao mercado. Dessa forma, os atravessadores ficariam com grande parte do lucro da venda desses produtos. Um dos assentados chegou a comentar que os atravessadores ficam com o lucro e os assentados com a dívida. Uma solução abordada foi a adesão a projetos, como o PAA da CONAB (que já ocorre no assentamento e funciona bem), no qual a venda dos produtos ocorre sem a necessidade de atravessadores.

A produção de leite é a prática mais disseminada no assentamento e com relação à esta produção, os assentados relataram que o preço do litro do leite varia muito, não tendo uma política que assegure um preço mínimo para o produto. Uma forma de

resolver esse problema e dar maior segurança aos produtores de leite é a fixação de um preço mínimo do litro. Outros problemas relacionados com a produção de leite foi o alto custo da produção (ao somar os gastos com ração e sal, o ganho líquido torna-se pequeno) e a degradação das pastagens, que tem produção média de 4 cabeças por alqueire, segundo um dos associados. Para o problema das pastagens degradadas o atendimento técnico especializado foi visto como uma solução.

Entretanto, os associados presentes levantaram a carência de assistência técnica, que resulta em problemas com a produtividade ou a perda de produtos. Isso porque, quando há urgência pela doença de um animal ou a ocorrência de pragas, os técnicos demoram a aparecer, visitando os assentados somente quando a perda já ocorreu. Além disso, citaram a falta de análises de solo e de acompanhamento das produções. Os assentados disseram que uma forma de melhorar o atendimento técnico é a existência de um agrônomo, veterinário e um técnico agrícola em todos os assentamentos. Foi dito, também, que os técnicos precisam conhecer melhor a realidade do P.A. e que uma forma disso acontecer é do técnico ser um morador do assentamento.

Um descontentamento dos assentados é a impossibilidade da existência de uma agroindústria no assentamento. Isso porque, não há na cidade de Presidente Venceslau, onde se localiza o P.A. Primavera, um SIM (Serviço de Inspeção Municipal). Os sócios presentes indicaram a vontade de se fazer no assentamento a pasteurização do leite, além de produzir manufaturados para venda em lojas e supermercados, dizendo que a demanda para esse tipo de produto é alta. Dessa forma, a criação do SIM, que há oito anos é reivindicada pelo P.A. Primavera é vista como uma solução. Foi citado o fato da associação ter ganhado um cozinha industrial, mas de não poder utilizá-la, pelos motivos citados acima.

Infra-estrutura: uma dimensão esquecida nos assentamentos

O primeiro assunto abordado sobre esse tema foi a qualidade das estradas que passam pelo assentamento. Foi dito que as estradas eram regulares, sendo de boa qualidade a manutenção dada pela prefeitura às estradas principais. As estradas secundárias, que ficam a encargo do ITESP, foram apontadas como tendo pior qualidade, foi dito que essas estradas ficam muito tempo sem manutenção.

Segundo os assentados, há uma má conservação do solo nas propriedades do P.A. Primavera. Também se observa a falta de informações sobre a importância das curvas de níveis na conservação do solo. Os assentados presentes, então, citaram que em alguns lotes as curvas de níveis foram destruídas, pois seus proprietários achavam que elas ocupavam espaço no lote. Dessa forma, foi levantada a importância

de um projeto de Educação ambiental, que busque conscientizar o assentado da importância de se preservar o solo e a água.

Apesar de todas as casas contarem com energia elétrica, esse assunto foi abordado como deficitário, já que um transformador de 5KvA é repartido entre duas famílias, sendo insuficiente para suportar mais de um eletrodoméstico funcionando simultaneamente ou suportar um aparelho que necessite de uma potência maior, como um moedor de cana, por exemplo. Assim, foi citada a necessidade de um transformador mais potente ou de um transformador para cada família.

Quanto à saúde, foi dito que o médico atende a comunidade a cada 15 dias e somente até às 11h00. Os associados disseram que para melhorar esse serviço é preciso um médico que atenda diariamente, principalmente durante o período letivo. No assentamento existe um motorista responsável por transportar pessoas para hospitais na cidade em casos de emergência. Sobre esse motorista, foram levantadas questões sobre sua conduta, já que um diálogo com este profissional é difícil, pois, segundo os presentes, o motorista faz um pré-dignóstico do estado de saúde da pessoa antes de transportá-la para a cidade. Foi dito que deve haver uma conscientização do motorista, já que ele possui uma função social no assentamento. Também falaram sobre a conscientização dos assentados que, em alguns casos, mentem que não estão bem para viajar até a cidade.

A escola do assentamento tem ensino até a quarta série e conta com quadra poliesportiva e piscina. Entretanto, a piscina não está vinculada à escola. Mesmo assim, seu uso é dificultado por essa instituição. A dificuldade maior, em relação à piscina, é a de quem se responsabilizaria pela sua manutenção e por contratar um salva-vidas. Ficou claro, pela conversa com os associados presentes, que uma solução seria uma associação assumir a piscina, sendo um meio de atrair os jovens do assentamento. Essa associação reivindicaria as reformas e a presença de um salva-vidas junto aos órgãos responsáveis, além de atuar em conjunto com a juventude.

Ainda sobre a escola, um tema abordado foi o esvaziamento que ela vem sofrendo. Os assentados propuseram que cursos noturnos para jovens e adultos fossem ministrados nas dependências da escola, além de atividades para a terceira idade. Também, disseram que poderia implantar ensino de 5ª a 8ª série e garantir o transporte escolar, dessa forma, poupando os adolescentes de fazerem uma longa viagem até a cidade.

Organização da Política Interna: a dificuldade da construção de espaços coletivos

Sobre esse tema, foi dito pelos participantes que existe muita dificuldade na organização geral do assentamento. Não há uma articulação entre os assentados, resultando, muitas vezes, na tomada de decisões individualistas. Foi dito, nesse sentido, que os assentados

precisam ser mais conscientes com relação aos problemas locais, tendo maior participação por meio de associações. Conforme já assinalado, as assembléias gerais não ocorrem há vários anos, o que demonstra a dispersão política dos assentados.

Sobre as associações do assentamento foi dito que existe uma baixa participação dos associados às reuniões. Foi abordado, também, o fato delas trabalharem de forma isolada. Esclarecemos que existem três associações no P.A. Primavera, em diferentes estágios de funcionamento e com números variáveis de participantes (a que era a maior delas, sofreu, ao longo de 2009, um grande esvaziamento e perdendo sua importância relativa). Para que haja uma maior união entre as associações foi levantada a necessidade de um maior diálogo entre os assentados. Também, a idéia da criação de um conselho das associações, para representar todo o P.A. Primavera, foi discutida. Esse conselho seria responsável pelos interesses comuns do assentamento, como, por exemplo, pelas áreas comunitárias (represa, piscina, estradas, escola, reserva legal, centro de convenções, posto de saúde, etc).

Relação com as Agências externas: a chegada do estranho

Foi analisada a relação entre assentados e órgãos públicos, mais especificamente, no âmbito municipal. Os assentados disseram que, geralmente, a mudança de prefeitos não influencia significativamente na relação com a prefeitura. E fizeram uma observação positiva sobre essa relação existente entre eles quando citaram a disponibilidade de um veículo da prefeitura para levar doentes à cidade. Esclarece-se que a reunião do DRP foi realizada às vésperas de uma eleição municipal (2008) que alterou a composição do governo de P. Venceslau – algo, de fato, sentido pelos assentados. Prevalencia naquele momento, no entanto, a opinião de que todos os governos municipais são iguais.

Com relação ao ITESP, órgão responsável pelo P.A., os assentados se mostraram cautelosos e reticentes nas suas opiniões. Talvez, o fato de que estejam recebendo assistência específica do órgão devido ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tenha levado os participantes a não aprofundarem questionamentos quanto à atuação do ITESP.

Situação dos Jovens: o "querer" sair

Constatou-se que a maioria dos jovens não se interessa em dar continuidade às atividades que vem sendo desenvolvidas no lote pelos seus pais. Não vendo perspectivas no assentamento, eles acabam migrando para a cidade em busca de outras formas de vida. Para solucionar esse problema, foi observada a necessidade de políticas que garantam a permanência dos jovens no lote. A sugestão apresentada neste caso foi que haja projetos produtivos específicos para os jovens, com eles gerindo a implantação e operação.

Outra observação foi sobre a existência de conflitos entre as gerações, pois os pais não

aceitam as mudanças, relacionadas a forma de lidar com o lote, que os filhos propõem.

Meio Ambiente: a ausência de programas públicos

Inicialmente, discutiu-se sobre a coleta de lixo no assentamento. Sobre esse tema foi dito que cada assentado, anteriormente, ficava responsável pelo destino (geralmente a queima) do lixo seco produzido em seu lote. Entretanto, atualmente, há um caminhão que recolhe esse lixo toda primeira quinta-feira do mês; essa coleta é feita em todos os lotes. Os assentados presentes julgaram esse sistema de coleta eficiente. Disseram, ainda, que provavelmente há quem não separe o lixo e o jogue em buracos feitos no próprio lote, ou até em beira de estradas.

Não há no assentamento um sistema de coleta de esgoto, assim, esses são despejados em fossas, que os presentes julgaram serem construídas de forma correta.

Sobre a Área de Preservação Permanente (A.P.P.) e de Reserva Legal, foi dito que, geralmente, seus limites não são respeitados pelos proprietários dos lotes, alguns desses levam o gado para pastar nessas áreas. Mais especificamente sobre a A.P.P., foi abordado que muitas dessas áreas já não existiam antes da formação do assentamento, dessa forma, a maior parte dos assentados não a regularizaram por não quererem ou por não conseguirem arcar com os gastos.

A Reserva Legal do assentamento é apenas uma, comum a todos os lotes. Essa área, segundo os assentados presentes, encontra-se erodida e há apenas uma placa indicando sua localização.

Derivado do problema do desrespeito às Áreas de Preservação Permanente, os assentados disseram que a ocupação indevida dessas áreas tem causado assoreamento em córregos e nascentes do assentamento. Mais uma vez a educação ambiental é apontada como possibilidade de conscientização sobre o uso irregular dessas áreas e sobre formas de preservação das terras cultivadas. A presença do técnico também é vista como importante, pois ele faria um acompanhamento contínuo impedindo que o assentado insistisse em ocupar reservas e fazer uso (de forma má planejada) dos rios como bebedouros para os animais. Sobre esse assunto, foi dito, ainda, que é importante avaliar as condições que levam o assentado a recorrer a estas alternativas que, em longo prazo, trarão malefícios para o próprio lote.

Foi comentada na reunião a ausência de programas públicos, no assentamento, voltados ao meio ambiente, como o de Microbacias. Os participantes disseram que, se tivessem oportunidade, estariam dispostos a participar de programas desse tipo.

Percebe-se que, apesar de existir no DRP feito com a Associação Renascer um tema específico voltado aos problemas ambientais, alguns desses problemas foram também abordados em outros temas. Isso ocorre no tema de produção, quando foi abordada a

degradação das pastagens, e também no tema de infra-estrutura quando é comentado que há no assentamento uma má conservação do solo e o desconhecimento sobre a importância das curvas de nível.

O DRP na Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupãciretan: por onde passam os problemas e as soluções

O DRP com a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupãciretan foi realizado no dia 30 de junho de 2009, no PA Tupãciretan. A reunião diagnóstica contou com a presença de 21 assentados – a grande maioria participante da associação local, entretanto deve-se ressaltar que esse número foi flutuante –, com agentes da Divisão de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente (DAAMA) da Prefeitura de Presidente Venceslau e com o professor Luis Antônio Barone, que ficou responsável pela aplicação do D.R.P., sendo auxiliado por alunos bolsistas e estagiários.

O DRP foi montado a partir de ferramentas simples do tipo "problema-solução" - assim como o anteriormente realizado no P.A. Primavera. Como havia um bom número de participantes, foi possível dividir os assentados em grupos com aproximadamente quatro pessoas, sendo estimulados ao debate pelos membros da equipe da UNESP. Os temas propostos foram os mesmos usados no DRP com a Associação Renascer do P.A. Primavera: produção, infra-estrutura, organização, relação com órgãos públicos, situação dos jovens, situação das mulheres e meio ambiente. As discussões foram anotadas em cartazes (apontando os problemas e as soluções). Após isso, formou-se um único grupo e o conteúdo dos cartazes individuais dos grupos foram debatidos com todos os assentados presentes.

Produção: a marca da instabilidade

O primeiro ponto que foi discutido dentro dos grupos de assentados foi a produção e o desenvolvimento econômico dentro do assentamento, onde os assentados apontaram os problemas e discutiram sobretudo a instabilidade e o baixo preço de seu principal produto: o leite. A impossibilidade de armazenar leite no tanque resfriador da associação, que na ocasião do diagnóstico não estava funcionando, gera impedimentos na negociação de melhores preços diretamente com o laticínio. A não utilização do tanque obriga que alguns produtores recorram aos atravessadores que, segundo eles, pagam menos pelo leite. Segundo os assentados, muitos produtores de leite acabam por se juntar aos assentados do PA Primavera, local onde o tanque resfriador comunitário funciona sob supervisão de uma associação, para poder ter melhor preço, fornecendo leite para o laticínio que atualmente recolhe a produção dos assentados do PA Primavera.

Um outro ponto levantado foi a alto custo dos insumos para manter o gado (vacinas, sal, pastagens, veterinário). Esta alta crescente dos preços dos insumos, em oposição às oscilações do preço do leite, tornam a produção e os rendimentos incertos.

A falta de poços dentro de cada lote foi apontada como uma grande dificuldade produtiva. Mais poços são necessários para se cultivar lavouras intensivas em água e para melhor dar assistência ao gado, pois no assentamento Tupãciretan a rede de água é coletiva.

A falta de mais incentivo bancário ao pequeno produtor e a falta de assistência técnica aos lotes também foram apontados como um problema ao desenvolvimento da produção agropecuária.

Como parte das soluções, os grupos do DRP (Diagnóstico Rápido Participativo) apontaram, no caso da produção leiteira, a urgente ativação do tanque de leite, a eliminação do atravessador para que, assim, a associação possa negociar o preço do leite diretamente com o laticínio. Outros apontam para necessidade de instalar um mini-laticínio e organização de leilões para a venda do gado (garrotes).

A organização da associação, que deveria ser mais efetiva no que concerne ao funcionamento do tanque de leite e do trator da associação, foi a solução mais frequente nos grupos. Além disso, os assentados apontam a possibilidade da Prefeitura custear a construção de poços em cada lote, além de cobrarem mais assistência técnica.

Infra-estrutura: melhores estradas, mais escolas e a saúde anda mal

A infra-estrutura do assentamento para a produção (estradas, equipamentos, assistência técnica) e para a reprodução (saúde, educação, cultura/lazer e habitação) foram os pontos discutidos pelos grupos. Os assentados falaram das péssimas condições em que se encontra o trator e a falta de implementos para o mesmo. As estradas, sobretudo após chuvas intensas, ficam intransitáveis e os assentados ficam ilhados. A falta de poços dentro dos lotes inviabiliza a produção. Outra questão levantada é falta de água para abastecer o tanque resfriador comunitário sob responsabilidade da associação. Segundo os assentados, a bomba do poço que abasteceria o resfriador está avariada.

A questão da saúde é problemática, pois o médico somente vai ao posto de saúde do assentamento a cada quinze dias e não atende o dia todo. Há falta de água no posto médico. Não há escola no assentamento (as crianças se deslocam de dez a vinte e cinco quilômetros até a escola no assentamento Primavera). O ITESP não consegue dar assistência a todos os lotes e é extremamente falho. Há habitações que ainda não foram terminadas.

As soluções apontadas pelos grupos: mais manutenção nas estradas, principalmente nas épocas de chuva; a construção de uma escola de 1ª a 4ª série no assentamento Tupanciretan, além da necessidade da instalação de 5ª a 8ª na Escola do Assentamento Primavera - que é um assentamento de terras contíguas ao assentamento Tupanciretan. Isto

faria com que as crianças não precisassem ir à cidade para estudar. Numa outra linha de soluções, foi sugerida a manutenção de um transporte "direto" de alunos da Tupãciretan para a Escola do PA Primavera (Kombi, Van). Isto porque o ônibus comum leva as crianças dos dois assentamentos para a escola, o que obriga aos moradores do P.A. Tupãciretan acordarem muito cedo e permanecerem muito tempo dentro do ônibus.

Os assentados apontam para a contratação de mais profissionais da saúde, como enfermeiros e agentes de saúde. Na questão da habitação propuseram a mediação do ITESP para regularizar as condições de habitação no assentamento.

Organização da Política Interna: o coletivo "imposto"

Abordamos a questão da organização política interna dos assentamentos e da associação. Os assentados falaram da falta de organização dos assentados inclusive dos sócios da associação. A (des)organização política da associação foi um dos pontos mais discutidos de todo o DRP, devido à situação problemática em que a mesma se encontra. A Associação está burocraticamente organizada – exigência do Programa de Aquisição de Alimentos – e isso foi considerado como um ponto positivo. Mas existe uma grande dificuldade dos assentados em controlar a contabilidade das compras do PAA. A Associação não tem realizado assembleias com os sócios, não há prestações das contas, os assentados desconhecem o estatuto da associação, o tanque e o trator que não estão funcionando.

Como uma avaliação, os grupos concordam que o presidente é bastante ativo, mas muito "personalista" - ele não teria traquejo político no trato com os assentados. Além disso, o presidente faz transporte de leite (ele controla uma "linha" de leite) para um laticínio – trabalho que lhe toma muito tempo, além de suscitar dúvidas sobre o real interesse dele em acertar o funcionamento do resfriador, pois isto poderia, de alguma forma, prejudicar seu negócio.

A solução levantada é que é preciso fazer novas eleições para mudar a direção da associação. Foi discutido que, por conta do PAA (cronograma e contratos), não vale a pena antecipar a mudança de diretoria, mesmo com essa desorganização vivida por eles. A nova eleição ocorrerá em novembro/2009. Com uma nova diretoria (e novo presidente), as reuniões devem voltar a ter periodicidade certa, para discutir os problemas e projetos da associação. Um outro ponto levantado foi que a DAAMA (Divisão de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente) fiscalizasse o funcionamento do resfriador de leite e do trator, para assim garantir o funcionamento dos mesmos. Também se sugeriu, como solução para a falta de transparência na contabilidade do PAA, que a DAAMA centralizasse essas contas, prestando essas informações para os produtores.

Relação com as Agências Externas: o diálogo truncado

As relações externas dos assentados, segundo eles próprios, se dão com o ITESP, Prefeitura, Sindicato e bancos. Segundo sua avaliação, há falta de diálogo com o ITESP, a Prefeitura e o sindicato. Também foi citada a falta de crédito nos bancos, devido à inadimplência dos assentados que encontram dificuldades com a negociação de suas dívidas. Quanto ao governo municipal atual, os assentados não avaliaram, pois ainda se trata de uma gestão nova, que assumiu a Prefeitura no início do ano corrente. No que tange aos governos estadual e federal, reclamou-se da falta de projetos que atendam diretamente aos assentamentos.

As propostas de soluções levantadas foram aumento do diálogo e presença das agências no assentamento, aumento das linhas de créditos, elaboração de projetos para o assentamento que garanta a compra dos produtos - como a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) – citada como exemplar. Com relação ao ITESP, é preciso contratar mais técnicos nos assentamentos.

Situação dos Jovens: o futuro incerto

Foram apontados como problemas: falta de lazer no assentamento, difícil acesso à educação, falta de opção de trabalho, falta de capacitação, dificuldade de acesso ao crédito, falta de autonomia, saída dos jovens do assentamento para a cidade em busca de trabalho e lazer.

Para os problemas levantados sobre a condição do jovem filho de assentado os participantes não encontram solução de fácil alcance. É apontada a necessidade dos jovens estudarem dentro do assentamento sem terem que se deslocarem para a cidade. Sugerem a construção de quadras esportivas e áreas de lazer, inclusive a construção de um salão comunitário, pois a "falta do que fazer" é uma queixa também das mulheres e dos homens adultos. Todos almejam espaços de descontração. Sobre a saída do jovem em busca de trabalho na cidade, foi apontada a necessidade de cursos de capacitação profissional.

No debate ao final, os próprios assentados(as) falam da necessidade de se ter profissionais que atuem dentro do assentamento. Estes poderiam ser os próprios moradores do local.

Devido à longa distância percorrida até a cidade para estudar, muitos jovens interrompem os estudos, por isso houve indicação da implementação de um programa de educação de jovens e adultos, no qual os adultos que não concluíram os estudos também se matriculariam. Houve indicação, também, de um programa de inclusão digital, do qual adultos também têm interesse em participar. Para a falta de autonomia do jovem, foi apontada a necessidade do crédito facilitado.

Situação das Mulheres: resistência à exclusão

Com relação às mulheres, foi apontada a falta de assistência médica específica e a dificuldade de acesso ao crédito, principalmente devido à inadimplência do marido. São apontadas soluções como a facilitação de acesso ao crédito, com a liberação de pequenos créditos que não exigissem garantias tão altas do assentado(a). Esses pequenos financiamentos serviriam para a profissionalização. No caso da saúde, a contratação de médico ginecologista e enfermeira para orientação foram citados.

Nos grupos formados por homens, nenhum problema sobre a condição da mulher foi levantado; em alguns grupos este item nem foi discutido. Outros somente apontaram o aparente progresso da atuação das mulheres: Elas agora participam de reuniões, podem se tornar sócias da associação, algumas são titulares e participam muito mais da administração dos lotes.

Meio Ambiente: o tema "submerso"

A discussão da questão do meio ambiente revelou o não conhecimento, não apenas da legislação ambiental – um problema detectado pelos grupos reunidos – mas uma visão bastante superficial da temática. Um dos problemas mais recorrentemente citados foi a inexistência de coleta de lixo no assentamento (foi apontada por todos os grupos), requerendo que haja coleta de lixo pela Prefeitura no assentamento e que, ao mesmo tempo, cada família se responsabilize pelo seu lixo. Foi citada, também, a questão do reflorestamento das áreas de Reserva Legal e das matas ciliares para assim preservar a "vida do Rio do Peixe" e a falta de curvas de nível nos lotes - o que deveria ser feita pelo ITESP. A este órgão caberia, também, orientar os assentados sobre a questão ambiental.

Ao final da discussão os assentados disseram que seria interessante conhecer mais as questões relacionadas à legislação ambiental vigente. Então, chegou-se ao consenso de que um curso sobre esse tema seria de grande valia.

Pode-se perceber que, ao contrário do que aconteceu no DRP com a Associação Renascer do P.A. Primavera, questões ambientais não foram relacionadas com temas que não fosse o de meio ambiente e que, mesmo no referido tema, houve uma discussão superficial dos problemas ambientais existentes no P.A. Tupãciretan.

Conclusões

Foram levantados vários problemas ambientais no P.A. Primavera, destacando-se a degradação do solo, que se mostra como um problema histórico da ocupação do Pontal

do Paranapanema, e a ocupação de áreas de preservação permanente e reserva legal.

Foi visto, também, que esses problemas ambientais afetam diversas áreas da vida do assentado, como ocorre com a produção do leite que é afetada pela baixa qualidade das pastagens. Assim, a ajuda dos técnicos agrícolas é vista como uma forma de melhorar ou solucionar problemas ambientais que resultem em dificuldades de produção.

Ainda é importante frisar, sobre o P.A. Primavera, a ausência de organização geral desse assentamento, que resulta na tomada de decisões individualistas, sem que haja uma consciência dos problemas locais. Isso é evidenciado pela realização da última Assembléia Geral no assentamento, que ocorreu há aproximadamente três anos.

No DRP desenvolvido com a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupãciretan, pode-se perceber a pouca preocupação com a temática ambiental. Esse aspecto pouco foi abordado pelos assentados que, quando indagados sobre o tema, não fizeram uma grande imersão no assunto. Ao contrário do que ocorreu no DRP no P.A. Primavera, assuntos como Reserva Legal e APP pouco foram tratados e nada se falou sobre as curvas de nível. Entretanto, foi levantada a demanda por um curso sobre legislação ambiental e por coleta de lixo.

Outro aspecto importante foi que em três dos sete temas abordados no DRP o descontentamento com a diretoria da associação foi discutido. Isso deixa claro que esse fato, no momento, era o que mais preocupava os associados. Com relação a uma maior "consciência" dos assentados do P.A. Primavera, esclarece-se que havia algumas das lideranças do assentamento na reunião do DRP. Além disso, esse assentamento conta com uma ação extensionista da equipe do GEPEP há alguns anos, justamente tematizando a questão ambiental (ANDRADE, BARONE et. al., 2008). No caso da Tupãciretan, apesar do grande número de participantes, sequer o presidente da associação estava presente.

Referências

ANDRADE, T.L.; BARONE, L.A.; CAMILOTI, P.R.; LIMA, S.; ROCHA, R.R. Dilemas de um projeto ambiental: relato de uma experiência participativa no Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.11, Nupedor/Uniara, p.225-238, 2008.

BARONE, L.A.; FERNANDES, B.M.; SIMONETI, M.C.L. Assentamentos rurais e desenvolvimento sócioeconômico: notas de uma atividade de intervenção. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.6, n.8, Nupedor/Unesp, p.55-67, 2000.

BARONE, L.A. Diagnósticos participativos em assentamentos rurais no

entorno de estação ecológica: o possível diálogo entre IBAMA e agricultores. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília:MDA; Araraquara: Uniara, 2008, p.220-238.

CARMO, M.S. do. Assentamentos rurais em São Paulo e a agricultura sustentável em um enfoque de redirecionamento de perspectivas. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Dinâmica Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. São Paulo: UNIARA, 2003, p.295-318.

CARVALHO, V.S. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário**. São Paulo: Ed. WAK, 1996.

TOZONI-REIS, M.F.C.; DEMO, P.; LOUREIRO, C.F.B.; TOZONI-REIS, J.R. (Orgs.) **A Pesquisa-Ação-Participativa em Educação Ambiental: reflexões teóricas**. São Paulo: Annablume/Fapesp; Botucatu: Fundibio, 2007.

GARCIA FILHO, D.P. **Guia Metodológico para Diagnóstico de Sistemas Agrários** (Projeto de Cooperação Técnica Inkra/FAO). Brasília, s/d.

ITESP. Fundação Instituto de Terras de São Paulo "José Gomes da Silva". **Pontal Verde: plano de recuperação ambiental dos assentamentos do Pontal do Paranapanema**. 2. ed. São Paulo: ITESP, 2000.

LEITE, J.F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

MALAGODI, E.A.; QUIRINO, E.G. Mercado e consciência ambiental: dilemas da agricultura familiar. In: DUQUE, G. (Org.) **Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002, p.75-90.

PETERSEN, P.; ROMANO, J.O. **Abordagens Participativas Para o Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: AS- PTA/Actionaid-Brasil, 1999.

THOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez/Associados, 1986.